

PMT/SMG/DL/PKS/080/2017.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADO: C 2 CONSULT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME.

PROCESSO: Nº. 115/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2017.

VALOR: R\$ 6.448,00.

**"TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA REALIZAR O LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE – LTIP CONCLUSIVO, COM BASE EM ANÁLISES QUÍMICAS, FÍSICAS E BIOLÓGICAS, PARA O ANO DE 2017, DAS UNIDADES GERENCIAIS BÁSICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA C 2 CONSULT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME, NA FORMA ABAIXO":**

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº. 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C 2 CONSULT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 27.023.345/0001-17, e Inscrição Estadual nº. 304.099.101.111, com sede a Rua Luiz Ferrarezzi nº. 304 - Nova Canaã, no município de Fernandópolis, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu representante legal o Senhor **Carlos Henrique Fernandes da Silva**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. 43.813.918-5, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 222.762.488-40, residente e domiciliado a Rua Luiz Ferrarezzi nº. 304 - Res. Nova Canaã, na Cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Pregão Presencial nº. 051/2017, homologado em 25 de setembro de 2017, com fulcro na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal nº. 358/2003, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO**

1. Constitui objeto do presente contrato a **Contratação de empresa especializada em Saúde e Segurança do Trabalho para realizar o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP conclusivo, com base em análises químicas, físicas e biológicas, para o ano de 2017,**

das unidades gerenciais básicas da Prefeitura Municipal de Tarumã, conforme especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo dos serviços.

2.

## CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

2.1. O Contratante obriga-se a pagar pela prestação dos serviços ora descrito na cláusula anterior a importância de **R\$ 6.448,00 (seis mil quatrocentos e quarenta e oito reais)**.

2.2. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

2.3. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário e ou recebimento em carteira.

2.6. O presente contrato não sofrerá reajustes de preços, durante toda sua vigência.

## CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS

3.1. Este termo de contrato terá **vigência até 31/12/2017**, a contar da data de sua assinatura.

3.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

3.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

## CLÁUSULA QUARTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Governo.

4.2. O objeto da presente licitação, somente será aceita se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição imediata, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente, sem ocasionar prejuízo ao evento;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços e da própria aquisição dos serviços.

4.4. As requisições dos serviços deverão conter:

4.4.1. Identificação da unidade requisitante;

4.4.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº 115/2017 – Pregão Presencial nº 051/2017);

4.4.3. Número do Contrato;

4.4.4. Identificação da contratada;

4.4.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

4.4.6. Data e horário para execução dos serviços.

4.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-simile e correio eletrônico.

#### **CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

- 02.14.02 - 04.122.0001.2027 - 3.3.90.39 - **735** - Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica -  
**R\$ 6.448,00**

#### **CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES**

**6.1. São obrigações da Contratante:**

6.1.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto licitado;

6.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.1.3. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela empresa contratada.

6.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da prestadora de serviço.

6.1.5. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor pública municipal, Sr.(a). José Leite Machado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 21.166.417 - SSP/SP e inscrito no CPF n.º 106.380.728-08, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

## **6.2. São obrigações da Contratada:**

6.2.1. Prestar o serviço objeto licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com a proposta de preço;

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.3. Manter profissionais de medicina em quantidade suficiente para atender as ações e serviços regulares, previstos no objeto do contrato e o cumprimento das respectivas cargas horárias.

6.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, responsabilizando-se e tomando as providências necessárias para sanar quaisquer irregularidades relacionadas com a prestação de serviços técnicos profissionais, desde que identificadas e notificadas pela Secretaria Municipal de Governo.

6.2.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

6.2.7. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

6.2.8. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

6.2.9. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpolação judicial ou extra-judicial.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES E MULTAS**

7.1. Em caso de atraso injustificado na entrega dos serviços, sujeitar-se-á o licitante à multa de mora de 1% ao mês de juros, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

7.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º. 8.666/93.

7.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

7.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

7.4. A sanção de advertência de que trata o item 7.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos ao desenvolvimento dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO**

8.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente processo se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8666/93 e suas posteriores alterações.

## **CLÁUSULA NONA DO FORO COMPETENTE**

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em cinco vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tarumã, 25 de setembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**  
**OSCAR GOZZI**  
**Prefeito Municipal**  
**Contratante**

**C 2 CONSULT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME**  
**CARLOS HENRIQUE FERNANDES DA SILVA**  
**RG n.º 43.813.918-5 SSP/SP**  
**Contratada**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Fernandes Baratela  
RG n.º. 3.013.725-8 – SSP/SP

2. \_\_\_\_\_  
José Leite Machado  
RG n.º. 21.166.417 - SSP/SP

**PLANILHA ADJUDICATÓRIA - CONTRATO 080/2017**  
**PROCESSO N.º 115/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 051/2017**

**Objeto: Contratação De Empresa Especializada Em Saúde e Segurança Do Trabalho Para Realizar o Laudo Técnico De Insalubridade e Periculosidade – Ltip Conclusivo, Com Base Em Análises Químicas, Físicas e Biológicas, Para o Ano De 2017, Das Unidades Gerenciais Básicas Da Prefeitura Municipal De Tarumã.**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Vi. Unit.	Vi. Total
1	1	UN	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO - Laudo técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP conclusivo, com base em análises químicas, físicas e biológicas.	R\$6.448,00	R\$6.448,00



**MEMORIAL DESCRITIVO - CONTRATO 080/2017**  
**PROCESSO N.º 115/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 051/2017**

**Objeto: Contratação De Empresa Especializada Em Saúde e Segurança Do Trabalho Para Realizar o Laudo Técnico De Insalubridade e Periculosidade – Ltip Conclusivo, Com Base Em Análises Químicas, Físicas e Biológicas, Para o Ano De 2017, Das Unidades Gerenciais Básicas Da Prefeitura Municipal De Tarumã.**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em Saúde e Segurança do Trabalho para realizar o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP conclusivo, com base em análises químicas, físicas e biológicas, para o ano de 2017, das unidades gerenciais básicas da Prefeitura Municipal de Tarumã.

**2. JUSTIFICATIVA**

O presente Termo de Referência busca atender as necessidades de proteção e prevenção de acidentes ou riscos de contaminação ou doenças decorrentes da exposição de servidores em ambientes passíveis de insalubridade ou periculosidade nas dependências sob a responsabilidade da Prefeitura de Tarumã.

Com a identificação dos riscos e medidas de controle pertinentes esses podem ser eliminados ou controlados, permitindo a manutenção da saúde dos servidores e alunos, por meio da prevenção da ocorrência de acidentes em serviço e doenças ocupacionais, além de contribuir com a proteção do meio ambiente. Com a preservação da saúde e do meio ambiente, há melhoria da satisfação pessoal e dos serviços prestados, com reflexos positivos na qualidade de vida.

A elaboração do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP é exigido para a caracterização e justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, com base nos limites de tolerância mensurados nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15, aprovada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

**3. OBJETIVOS DO LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE**

O Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade tem como missão identificar nos ambientes onde os trabalhos exercidos sob condições perigosas ou insalubres, conforme Norma Regulamentadora nº 15 e Orientação Normativa SEGEPM/POG Nº 4 DE 14/02/2017, para a caracterização e justificativa de concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores.

**4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA:**

4.1 – Registro do responsável técnico pela empresa, no CRM, CREA ou CAU, conforme o caso de ser Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho;

**5 – DA PROPOSTA**

A CONTRATADA deverá considerar todas as despesas e custos com a execução dos serviços objeto como, por exemplo, despesa com pessoal, passagens, diárias, alimentação, fretes, exames.



## **6 – DA ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS**

A empresa CONTRATADA para a prestação dos serviços deverá atender todas as demandas da Prefeitura de Tarumã, avaliando todas as unidades elencadas no item 6.1 deste Termo de Referência, para fins da análise química, biológica e física, para elaboração do Laudo de Insalubridade e Periculosidade conclusivos. Os serviços de avaliação e levantamento de riscos ambientais, em especial os de insalubridade e periculosidade, serão realizados em todas as dependências da Prefeitura com visita "in-loco" e entrevistas dos colaboradores durante a execução das atividades.

6.1 – A elaboração do LTIP deverá ser feita nas Unidades da Prefeitura de Tarumã, abaixo discriminados e obedecer as orientações existentes nas Normas Regulamentadoras vigentes, sobretudo a NR-15 e NR-16, Decreto nº 93.412/86, Portaria MS/SUS Nº 453/98 e Orientação Normativa SEGEF Nº 4 DE 14/02/2017 e demais legislações pertinentes ao objeto deste Termo de referência; ( anexo )

## **7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Cabe ao CONTRATANTE, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

7.1.1 - Fornecer lista completa e atualizada de todas as unidades da Prefeitura de Tarumã.

7.1.2 - Franquear a entrada de profissionais da CONTRATADA nas dependências da Prefeitura, desde que devidamente identificados, no horário de funcionamento, nas unidades da Prefeitura, para realizar as medições e avaliações necessárias à execução dos serviços, desde que a empresa comunique antecipadamente a data das visitas e avaliações;

7.1.3 - Atestar a execução dos serviços da CONTRATADA, por meio de Comissão de Licitação;

7.1.3.1 – Os Laudos deverão ser assinados também pelo Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura de Tarumã.

7.1.4 - Promover o pagamento pela prestação do serviço conforme a execução, após a análise de toda a documentação que compõe os Laudos de Insalubridade e Periculosidade da Prefeitura de Tarumã, pela Comissão de Licitação. O pagamento fica condicionado, após o ateste da Comissão, à apresentação da Nota Fiscal de Serviços, nos moldes exigidos no item 12 deste Termo de Referência.

## **8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - Cabe à CONTRATADA, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

8.1.1 - Dispor dos profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;

8.1.1.1 – Fornecer cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável pela elaboração do Laudo Técnico e Insalubridade e Periculosidade – LTIP para a Prefeitura de Tarumã.

8.1.2 - Obedecer aos seguintes critérios no momento de selecionar os profissionais que serão responsáveis pela execução dos trabalhos, enviando os respectivos certificados quando da indicação da equipe que será responsável por cada trabalho;

8.2.1 – Para a elaboração do Laudo de insalubridade, cada unidade da Prefeitura deverá ser visitada e entrevistado os colaboradores , para a realização das inspeções e medições;

8.2.2 - Desde já fica estabelecido que unidades passando por obras de reformas ou com conclusão de mudança de sede prevista para o prazo de vigência do contrato, somente serão avaliadas quando prontas, evitando custos com o retrabalho, uma vez que a mudança estrutural implica em nova avaliação;

8.2.3 - Para o cumprimento no disposto no item anterior, deve-se programar a data da visita para a época prevista para a conclusão dos trabalhos, podendo esta ser modificada, mediante comunicação prévia entre as partes;

8.2.4 - Caso ocorra atraso na conclusão da obra que extrapole o período de vigência do contrato, a CONTRATADA fica desobrigada de cumprir esta parte dela;

8.2.5 - Em cada unidade será feita a inspeção e as medições indicadas, obedecendo, no mínimo, as Normas Técnicas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria n. 3214/78), principalmente a NRs – 9, 10, 15, 16,17 e 32, Decreto nº 93.412/86 (Eletricidade), Normas de Higiene Ocupacional (NHO) da Fundacentro, Constituição Federal de 1988, Orientação Normativa SEGEPI Nº 4/2017, e Normas da ANVISA.

8.2.5.1 – PLANILHA DE AVALIAÇÃO – Identificação da unidade da Prefeitura; identificação do setor, da função; descrição da atividade; do ambiente passível de insalubridade ou periculosidade; identificação de agente nocivo capaz de causar danos à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária; localização das possíveis fontes geradoras; via e periodicidade de exposição ao agente nocivo; metodologia e procedimentos de avaliação do agente nocivo; descrição das medidas de controle existentes; conclusão com enquadramento das atividades de risco, se for o caso (insalubridade mínima, média ou máxima; periculosidade); assinatura do Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho e Técnico de Segurança do Trabalho; e data da realização da avaliação ambiental, conforme IN INSS/PRES Nº 45/2010. Não serão aceitos discriminações por grupos homogêneos. As inspeções e dados e informações para o Laudo de Insalubridade e Periculosidade deverá ser elaborado para cada unidade com discriminação por setor e/ou atividade, contendo os quesitos: Setor, Descrição Física, Atividades do Setor, Grau de Risco, Nº de Servidores no Setor, Nº de Servidores por Função, Sexo, Jornada de Trabalho, Descrição das Atividades da Função, Risco Ambiental (Físico, Químico, Biológico), Agentes, Fonte Geradora, Frequência de Exposição, Tipos de Exposição, Possíveis Danos à Saúde, Proposta e/ou Medidas de Controle já Existente.

8.2.5.2 – AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DA EXPOSIÇÃO – AGENTES QUÍMICOS (NR 15 – Anexo 11) – Instrumento Utilizado: equipamento, marca, modelo, certificado de calibração. Laboratório que analisou a amostra. Agente Avaliado: metodologia aplicada, Velocidade do Ar (m/s), Vazão (l/min), Limite de Tolerância (ppm), N.A (ppm), Concentração encontrada (ppm). Tipo de Exposição (ppm): Habitual e Permanente (sazonal), Habitual e Intermitente, Eventual. Tempo de Exposição: Diário (h), Semanal (dia), Mensal (semana). Período de coleta: Início (h), Final (h). Tempo de Coleta: (min). Volume Utilizado: (ml). Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação. Possíveis danos à saúde. Proposta e medidas corretivas para proteção dos servidores expostos aos perigos de contaminação química.

8.2.5.3 – AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO – AGENTES QUÍMICOS: Caracterização da atividade e do agente em relação à NR-15 (Anexo 13). Descrição da atividade pela legislação, Descrição da atividade real. Agente Avaliado, Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação. Tipo de Exposição: Habitual e Permanente (sazonal), Habitual e Intermitente (Eventual). Tempo de Exposição: Diário (h), Semanal (dia), Mensal (semana). Quando manuseada por vez (unid.), Quantas vezes por dia (unid.). Proposta e medidas corretivas para proteção dos servidores expostos aos perigos de contaminação química.

8.2.5.4 – AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO – AGENTES BIOLÓGICOS: Caracterização da atividade e do agente em relação à NR-15 (Anexo 14) e NR-32: Descrição da atividade pela legislação, Descrição da atividade real. Agente Avaliado, Tipo de Exposição: Habitual e Permanente (sazonal), Habitual e Intermitente (Eventual). Tempo de Exposição: Diário (h), Semanal (dia), Mensal (semana). Período de coleta: Início (h), Final (h). Quando manuseada por vez (unid.), Quantas vezes por dia (unid.). Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação. Proposta e medidas corretivas para proteção dos servidores expostos aos perigos de contaminação biológica.

8.2.5.5 – AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DA EXPOSIÇÃO – AGENTES FÍSICOS: ruído, calor, frio, pressão, umidade, radiações ionizantes e não-ionizantes, vibração, etc. Instrumento utilizado: Equipamento, Marca Modelo. Calibração: Horários: Inicial (h), Final (h). Metodologia. Tipo de Exposição: Habitual e Permanente (Sazonal), Habitual e Intermitente (Eventual). Tempo de Exposição: Diário (h), Semanal (dia), Mensal (semana). Dose (%), Valor Medido, Limite de Tolerância, Nível de Ação. Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação.

8.2.5.6 – AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO – AGENTES FÍSICOS: Caracterização da atividade e do agente em relação a NR-15 (Anexos 2, 3, 5, 7, 8). Descrição da atividade real. Agente Avaliado. Tipo de Exposição: Habitual e Permanente (sazonal), Habitual e Intermitente (Eventual). Tempo de Exposição: Diário (h), Semanal (dia), Mensal (semana). Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação.

8.2.6 - O relatório para o Laudo de Insalubridade e Periculosidade deverá conter, no mínimo:

- a) identificação da Unidade Administrativa ;
- b) identificação do setor e das funções pertinentes;
- c) descrição da atividade real e prescrita de cada função;
- d) identificação de agente nocivo capaz de causar danos à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária;
- e) localização das possíveis fontes geradoras;
- f) via e periodicidade de exposição ao agente nocivo;
- g) metodologia e procedimentos de avaliação do agente nocivo;
- h) descrição das medidas de controle existentes;
- i) conclusão das análises para o Laudo de Insalubridade;
- j) assinatura de um profissional Engenheiro de Segurança ou Médico do Trabalho.
- k) data da realização da avaliação ambiental.

8.2.7 - Os resultados das medições efetuadas em atendimento ao item anterior devem integrar o documento apresentado pela empresa, bem como o certificado de calibração dos aparelhos utilizados; 8.3.5 - Para a elaboração do LTIP, deverão ser indicados, no mínimo, um Engenheiro de Segurança e Médico do Trabalho ou um Engenheiro de Segurança e um Técnico de Segurança do Trabalho ou um Médico do Trabalho e um Técnico de Segurança do Trabalho.

8.3 - Emitir fatura correspondente aos serviços prestados;

8.4 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.5 - Indicar ao CONTRATANTE o nome de seu preposto ou empregado de competência, com um substituto na sua ausência, para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las aos fiscais do presente objeto;

8.6 - Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;

8.7 - Instruir sua equipe sobre as normas do CONTRATANTE.

## **9 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1 - Deverá a CONTRATADA entregar, em um prazo de 10 (dez) dias, cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas referentes ao relatório e exames para a efetiva conclusão de Laudo de Insalubridade e Periculosidade, com seus respectivos prazos, a partir da data de assinatura do contrato.

9.2 – A CONTRATADA terá 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 90 (noventa) dias, mediante pedido expresso justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE para entregar do relatório e análises químicas, físicas e biológicas para o LTIP, a partir da data de assinatura do contrato.

## **10 – DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

As propostas das empresas licitantes, apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Termo de Referência, serão julgadas pelo critério de julgamento de menor preço global.

## **11 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO**

A vigência do contrato será até dia 31 de dezembro de 2017, a partir da sua assinatura das partes, podendo ser prorrogado por igual período, para conclusão dos serviços objeto deste termo. Havendo alteração de atividades ou das estruturas físicas, dentro do período contemplado, em qualquer das unidades já abrangidas pelos programas, deverá ser providenciada sua contemplação pelo programa atinente.

## **12 – DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

12.1 - O pagamento dos trabalhos relativos à elaboração do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP de todas as unidades da Prefeitura, será efetuado ao término do serviço, incluindo todas as etapas necessárias para a conclusão, após análise de toda a documentação e análises componentes do LTIP pela Comissão de Licitação.

12.2 - O pagamento será efetuado, obedecido o item anterior, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente certificada pelo gestor do contrato.

12.3 - O pagamento das despesas será realizado em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da certificação da nota fiscal, que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão de Débitos Trabalhistas, bem como da Certidão Conjunta dos Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, através de crédito em conta, via Ordem Bancária, em nome do CONTRATADO, quem deverá informar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o banco, o número da conta corrente, código da agência e praça de pagamento.

## **13 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Os serviços constantes neste Termo de Referência serão fiscalizados pelo Coordenador e Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura e da Analista de RH, que terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual. A CONTRATADA deverá divulgar previamente em até 10 (dez) dias, após a emissão de Ordem de Serviço, o planejamento e cronograma de todas as visitas e avaliações químicas, física e biológicas na Prefeitura, para que seja possível a supervisão e acompanhamento dos serviços pela Prefeitura.

**14. NORMAS E CÓDIGOS:** Normas Técnicas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria n. 3214/78), principalmente a NRs – 9, 10, 15, 16,17 e 32, Decreto nº

93.412/86 Eletricidade), Normas de Higiene Ocupacional (NHO) Constituição Federal de 1988, Orientação Normativa SEGE/MPPOG Nº 4/2017, e Normas da ANVISA.

#### **15. GARANTIA DOS SERVIÇOS**

A empresa fornecedora dos serviços, caso necessários se responsabilizará por todos os exames, análises químicas e biológicas que forem realizados.

#### **16. LOCAL DE ENTREGA DO BEM/SERVIÇO:**

Prefeitura de Tarumã

## TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.**

**CONTRATADO: C 2 CONSULT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME.**

**CONTRATO Nº 080/2017.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA REALIZAR O LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE – LTIP CONCLUSIVO, COM BASE EM ANÁLISES QUÍMICAS, FÍSICAS E BIOLÓGICAS, PARA O ANO DE 2017, DAS UNIDADES GERENCIAIS BÁSICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.**

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Tarumã SP, 25 de setembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

**OSCAR GOZZI**

**Prefeito Municipal**

**Contratante**

**C 2 CONSULT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME**

**CARLOS HENRIQUE FERNANDES DA SILVA**

**RG n.º 43.813.918-5 SSP/SP**

**Contratada**